PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr. Hélio Leite)

Altera-se o art. 4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para tratar da divulgação obrigatória, por parte das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de ações, programas ou campanhas promovidas por órgãos públicos nas três esferas de poder que atendam aos preceitos de interesse público ou de utilidade pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para tratar da divulgação obrigatória, por parte das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de ações, programas ou campanhas promovidas por órgãos públicos nas três esferas de poder que atendam aos preceitos de interesse público ou de utilidade pública.

Art. 2º Inclua-se o § 4º no art. 4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....
§ 4º *Em cumprimento ao previsto no caput deste artigo, as emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária deverão realizar a divulgação obrigatória, em sua grade de programação, de ações, programas ou campanhas promovidas por órgãos públicos nas três esferas de poder que atendam aos preceitos de interesse público ou de utilidade pública, com duração mínima de*

30 (trinta) minutos diários, consecutivos ou não, nos dias úteis, no horário compreendido entre às 6h e às 22h, na forma da regulamentação.”

Art. 3º As emissoras de radiodifusão de sons educativas *deverão realizar a divulgação obrigatória, em sua grade de programação, de ações, programas ou campanhas promovidas por órgãos públicos nas três esferas de poder que atendam aos preceitos de interesse público ou de utilidade pública, com duração mínima de 30 (trinta) minutos diários, consecutivos ou não, nos dias úteis, no horário compreendido entre às 6h e às 22h, na forma da regulamentação.*

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará o presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados de sua publicação.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A radiodifusão comunitária encontra-se em crescente expansão no Brasil. De acordo com dados do Ministério das Comunicações¹ de março de 2015, existem hoje 4.674 rádios comunitárias operando legalmente no País, além de vários municípios com aviso de habilitação, que é a convocação da comunidade para prestação do serviço. O número de rádios comunitárias já é duas vezes maior que o número de emissoras FM Comercial, que chega hoje a 2.147 emissoras. E temos ainda outras 446 rádios educativas, somando, portanto, mais de 5.110 rádios.

Embora de pequeno alcance, as emissoras de rádio comunitárias prestam um serviço de inestimável valia nas localidades em que atuam. Pelo menos este é o papel a ser cumprido por este serviço que opera em regime de autorização do governo, ou seja, sob a égide da lei e dos diversos regulamentos. Entre os princípios a serem atendidos pela programação dessas emissoras, estão o de prestar serviços de utilidade pública, integrando-se à defesa civil, sempre que necessário, e dar preferência a finalidades educativas, culturais, artísticas e informativas.

¹ <http://www.mc.gov.br/dados>

Com objetivo similar, as emissoras de rádio educativas também têm um papel fundamental na disseminação do conhecimento e na veiculação de programas educativo-culturais. Essas rádios atuam em conjunto com sistemas de ensino no fomento à educação básica e superior e profissionalizante.

A proposta que ora apresentamos se coaduna com tais objetivos, no sentido de assegurar que tais entidades canalizem o seu papel social para promover o desenvolvimento econômico e social e o exercício da cidadania nas mais diversas comunidades deste País, seja ela bairro, vila ou acampamento rural.

Nesse sentido, estamos propondo, a exemplo do que ocorre no disposto no art. 38, alínea “e”, do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962), que trata da veiculação obrigatória do programa Voz do Brasil, que as emissoras comunitárias e educativas cumpram o seu papel social, atendendo, entre outras, às seguintes finalidades: promoção da assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação; promoção gratuita da saúde e promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza.

Em todos os níveis de governo, existem inúmeros programas custeados com verba pública no sentido de orientar, educar e instrumentalizar a população com informações e habilidades profissionais ou prestação de serviço, habilitando as pessoas ao exercício da cidadania. São exemplos notórios os programas da Embrapa, da Anvisa ou da área de educação, como os do Programa nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Um dos maiores obstáculos para o acesso do cidadão a esses importantes instrumentos de fomento ou ferramentas de ensino é a falta de acesso à informação.

No sentido de superar esta lacuna, estamos atribuindo às emissoras comunitárias e educativas a missão de estabelecer esse elo de ligação entre os governos e a sociedade, a que esses governos devem servir com eficiência e transparência. O escopo deste projeto, portanto, é não apenas de comunicação, mas de propiciar informação e acesso a serviços e iniciativas públicas. Ademais, julgamos que nossa proposta possui a vantagem de não gerar qualquer custo adicional às emissoras.

Assim, propomos a alteração do art. 4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que trata justamente dos princípios a serem

observados pelas emissoras comunitárias, e uma disposição específica para as rádios educativas. Estamos estabelecendo a obrigação de veicular este conteúdo dentro de uma ampla janela de programação, desde que ocupe 30 minutos diários de informação, deixando os detalhes para a regulamentação.

Ademais, como as rádios educativas não possuem diploma legal específico, optamos por incluir de forma independente a obrigação de veiculação em sua grade de programação, de ações, programas ou campanhas promovidas por órgãos públicos nas três esferas de poder, com duração mínima de 30 (trinta) minutos diários, consecutivos ou não, nos dias úteis, no horário compreendido entre às 6h e às 22h, na forma da regulamentação.

Pela relevância social e viabilidade econômica da presente proposta, pedimos o apoio de todos os Deputados para a APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado HÉLIO LEITE